



Vai a sanção projeto que dá mais autonomia a delegados

Pelo texto aprovado, delegado de polícia deverá investigar conforme "livre convencimento"

O projeto de lei que dá mais autonomia aos delegados de polícia foi aprovado ontem no Plenário do Senado. O texto gerou discussão. O senador Pedro Taques disse que a proposta é inconstitucional e dá ao delegado a possibilidade de não atender os pedidos feitos pelo Ministério Público. **10**



Senadores votam na sessão deliberativa do Plenário: entre os projetos de lei aprovados ontem, está o que regulamenta atribuições nos inquéritos policiais

Moisés Nogueira/Agência Senado



Em sessão, Andrade (1º à esq.), Branco e Santos (6º e 7º à esq.) compõem a mesa com Eunício, Armando, Renan e Collor

Personalidades da indústria recebem Diploma Ermírio de Moraes

Robson Braga de Andrade, Francisco Ivens de Sá Dias Branco e José Alexandre dos Santos foram homenageados ontem pelo Senado. Andrade, da CNI, cobrou estímulo à competitividade. **2**

Prazo de 7 dias para análise de MP no Senado é mantido **12**

Participação nos lucros de até R\$ 6 mil ganha isenção no IR **5**

Adoção é o tema da 15ª Em Discussão!, com lançamento hoje

Comissão de Direitos Humanos promove segundo debate sobre o assunto e lança, às 9h, nova edição da revista. **2**



Pais tem 44 mil adolescentes e crianças acolhidos em abrigos

Comissão aprova aumento gradual de recursos para a educação **6**

Empréstimo de R\$ 100 milhões para o estado do Rio é autorizado **11**

Indicação para embaixada na Dinamarca vai a Plenário **3**

Senado lança o BuscaLeg, ferramenta de pesquisa na web **2**

Reforma de aeroportos terá R\$ 7,4 bilhões **11**

Meta de superávit da União sofre redução de R\$ 47,8 bi

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Lobão Filho, aprovou ontem a redução da meta de superávit de R\$ 155,8 bilhões para R\$ 108 bilhões.

A diferença é o resultado esperado de estados e municípios. A proposta foi enviada pelo governo para modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor. **12**



Presidente da CMO, Lobão Filho coordena sessão com presença da ministra do Planejamento, Miriam Belchior (2ª à esq.)

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Com o Diploma José Ermírio de Moraes, Senado reconhece personalidades do setor industrial



Andrade (1º à esq.), Dias Branco e Santos (6º e 7º à esq.) recebem homenagem em mesa com Eunício, Armando, Renan e Collor

CNI pede reformas para estimular competitividade

O PRESIDENTE DA Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, defendeu ontem no Senado reformas para estancar a perda de competitividade da indústria brasileira. Ao receber o Diploma José Ermírio de Moraes, Andrade citou como obstáculos a alta carga tributária, as deficiências na infraestrutura e a rigidez da legislação trabalhista.

— Não temos nada contra os trabalhadores ganharem bem e terem acesso aos bens que a sociedade produz, mas os custos inerentes ao trabalho são muito elevados — reclamou.

Além dele, foram contemplados com o diploma os empresários Francisco Ivens de Sá Dias Branco, do Grupo M. Dias Branco, e José Alexandre dos Santos, das Indústrias Reunidas Coringa. A premiação, criada em 1999, traz o nome do fundador do Grupo Votorantim, que também foi senador e faleceu em 1973.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o bom momento da economia brasileira resulta das políticas de distribuição de renda e do aumento do mercado interno, com crescimento sustentável e responsabilidade fiscal. Observou, porém, que sem a força do empresariado teria sido impossível ao país chegar à posição de sexta maior economia mundial.

— Este segmento crê nas potencialidades do país, dedica seu tempo, criatividade e arrisca seu patrimônio — assinalou.

Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, Armando Monteiro (PTB-PE) rememorou o legado do patrono da premiação. Segundo ele, foi graças ao fundador do Grupo Votorantim que o país conseguiu construir e consolidar uma base industrial expressiva, sobretudo voltada à indústria de base.

— José Ermírio de Moraes é um exemplo, um paradigma, é alguém que precisa sempre ser lembrado neste país — disse.

O senador lamentou a perda da posição relativa da indústria, que até os anos 80 detinha uma participação de 30% na formação do produto econômico, tendo declinado para uma participação atual

que é inferior a 15%. Se o país avançou na produção de commodities agrícolas e minerais, vem perdendo posição na indústria, já que produzir ficou caro, conforme assinalou.

— Nos anos 40, José Ermírio dizia que um país não podia ficar cedendo matérias-primas e importando manufaturas. O que verificamos hoje é que o Brasil vive, por assim dizer, um processo regressivo — criticou, também cobrando uma agenda pró-competitividade.

Armando, que, com Cristovam Buarque (PDT-DF), indicou Andrade, disse que o presidente da CNI construiu uma empresa que é referência no setor e no plano da liderança institucional. Ele disse que Andrade demonstra sintonia com as reformas que o país necessita, além de conduzir com êxito os rumos da entidade.

Senadores destacam histórias de geração de empregos

Indicador de José Alexandre Santos, do Grupo Coringa, Fernando Collor (PTB-AL) disse que o empresário começou com uma pequena empresa de beneficiamento de fumo e em apenas uma década já atua em diversos segmentos, gerando mais de 5 mil empregos diretos. Em relação a Dias Branco,

Eunício Oliveira (PMDB-CE) destacou que ele se mantém como um homem de hábitos simples e emprega 14 mil trabalhadores.

Os empresários, eleitos por um colégio de líderes partidários, receberam homenagens de Cristovam, Inácio Arruda (PCdoB-CE) e José Pimentel (PT-CE).

BuscaLeg facilitará pesquisas no Legislativo

O Senado lançou na manhã de ontem o BuscaLeg, ferramenta que permite a pesquisa nos portais legislativos de todo o país. Totalmente desenvolvido em software livre, o sistema — uma espécie de “Google legislativo” — reúne os resultados em um só ambiente.

Diferentemente dos sites de

busca disponíveis no mercado, o BuscaLeg procura a informação desejada em 410 sites selecionados previamente, utilizando os próprios buscadores de cada um deles e organizando as respostas de modo a facilitar o trabalho do usuário final. Essa arquitetura torna o sistema leve e

de funcionamento simples e barato, explicou o diretor de Tecnologia da Informação do ILB/Interlegis, Ricardo Ramos. Segundo ele, os buscadores trazem muito lixo eletrônico, o que dificulta as pesquisas num ambiente mais restrito.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, assinalou o caráter agregador do projeto, ao somar os esforços do Senado, das assembleias legislativas estaduais e das câmaras de vereadores. Já o diretor-executivo do ILB/Interlegis, Helder Rebouças, disse que a iniciativa dá mais transparência à Casa e ao Legislativo como um todo.

O endereço para acesso é busca.interlegis.leg.br.



Lançamento da nova ferramenta de busca na internet no Auditório do Interlegis

Revista *Em Discussão!* apresenta debates sobre adoção de crianças

O **Jornal do Senado** lança hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o 15º número da revista *Em Discussão!*, sobre adoção.

O assunto foi debatido pela comissão em novembro do ano passado e volta a ser objeto de discussão com autoridades e especialistas logo após o lançamento da revista. Os senadores ouviram mães adotivas, promotores públicos, advogados e representantes de grupos de apoio à adoção em busca de contribuições para aperfeiçoar a legislação, cuja última atualização ocorreu há menos de quatro anos.

Das 44 mil crianças e adolescentes acolhidos em abrigos no país, 5.500 estão em condições de ser adotados e têm os nomes no Cadastro

Nacional de Adoção. Na outra ponta, uma fila com 30 mil pretendentes aguarda pelo desfecho de um processo que costuma durar mais de um ano. Além de apresentarem projetos para alterar a legislação, os senadores e deputados se articularam em uma frente parlamentar que já ofereceu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sugestões para fazer com que as adoções se deem de forma ainda mais criteriosa e eficiente.

Com tiragem de 2.500 exemplares, a revista *Em Discussão!* é distribuída no Congresso e enviada a destinatários selecionados, especialmente instituições públicas. A publicação pode também ser lida no endereço www.senado.leg.br/emdiscussao.



Abrigo no Núcleo Bandeirante (DF): assunto voltará à discussão na CDH

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Impostos sobre medicamentos

14h Na pauta de votações da sessão deliberativa, proposta que veda a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.

PRESIDÊNCIA Presidente do Senado da Austrália

11h Renan Calheiros recebe o presidente do Senado da Austrália, John Hogg; às 11h30, da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, e da Federação das Indústrias de Alagoas, José Carlos Lyra; às 12h, o bispo Paulo Sérgio; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CDH Debate sobre adoção e revista *Em Discussão!*

9h Audiência pública trata dos entraves legais para a adoção de crianças. No início da reunião, será lançada a 15ª edição da revista *Em Discussão!*, sobre adoção.

CU Indicado para o CNMP

10h Comissão sabatina Vladimir Barros Aras, indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público. Na pauta, projeto que cria a Lei de Responsabilidade Sanitária.

CONSTITUIÇÃO Direitos do trabalhador doméstico

12h Comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais analisa proposta de regulamentação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 12h, **reunião de trabalho da comissão mista destinada a consolidar a legislação federal**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Diplomatas escolhidos pela Presidência foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores; também foi aprovado indicado para Cazaquistão

Indicações de embaixadores para Dinamarca e Libéria vão a Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações da Presidência da República para os cargos de embaixador do Brasil na Libéria, na Dinamarca e no Cazaquistão. Antes da votação, os indicados foram sabatinados pelos senadores. Eles agora terão de passar pelo crivo do Plenário.

Aos senadores, os três diplomatas prometeram empenho para ampliar a aproximação do Brasil com os países onde desempenharão suas funções.

Demétrio Bueno Carvalho exercerá o cargo de embaixador do Brasil no Cazaquistão e também responderá por Turcomenistão e Quirguistão.

Carvalho lembrou que o Cazaquistão, o nono maior país em extensão territorial, conquistou sua independência em 1991, com o fim da União Soviética, e passou por um rápido crescimento econômico nos últimos anos, sendo um dos dez países que mais cresceram entre 1997 e 2007. Com grandes reservas de petróleo e gás, além de



Pedro Simon cumprimenta Jarbas Vasconcelos, entre os diplomatas indicados para assumir embaixadas brasileiras

ser potência de commodities metálicas (urânio, cobre, manganês, zinco e bauxita, entre outros), o Cazaquistão tem como principais parceiros comerciais a Rússia e a China.

Carvalho informou que o governo do Cazaquistão apoia o Brasil em seu desejo de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Europa

Marcus Camacho de Vincenzi ocupará o posto de embaixador do Brasil na Dinamarca, acumulando o cargo com o de

embaixador na Lituânia. Em sua explanação, disse que a Dinamarca é um país membro da União Europeia desde 1974, embora seja uma das nações mais céticas em relação ao bloco, não aderindo à moeda comum (euro), por exemplo.

O embaixador afirmou ainda que a Dinamarca participou das duas intervenções militares internacionais no Golfo Pérsico e atualmente tem tropas no Iraque e no Afeganistão.

Camacho ressaltou a convergência de valores entre o Brasil e a Dinamarca no que

se refere a temas de relações internacionais e acrescentou que o país também apoia o interesse do Brasil em ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

África

André Luiz Azevedo dos Santos chefiará a embaixada do Brasil na Libéria, pequeno país da África Ocidental considerado um dos mais pobres do mundo.

Com apenas 4 milhões de habitantes, informou o diplomata, a Libéria tem território pouco maior que o estado de Pernambuco. A pauta de exportações é centrada em borracha e ferro.

Azevedo informou também que a Libéria é comandada pela primeira mulher a chegar à presidência de um país africano, a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz Ellen Johnson-Sirleaf.

Como curiosidade, o embaixador lembrou que a Libéria foi o primeiro país africano a reconhecer a independência do Brasil.

Walter Pinheiro pede ampliação de parceria com Noruega e Suécia

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu o aumento do intercâmbio econômico com a Noruega e a Suécia, como forma de favorecer a atração de investimentos para o Brasil, sobretudo em infraestrutura, petróleo, gás e fontes alternativas de energia.

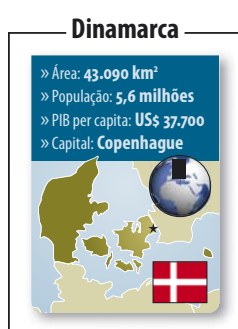
Participando de uma reunião com uma comitiva de empresários da Noruega e da Suécia na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ele ressaltou a vasta e centenária parceria mantida pelo Brasil com esses dois países, sobretudo na área de telecomunicações.

A comitiva era integrada por representantes de Ericsson, Volvo, Rolls-Royce e Tetra Pak, entre outras empresas.

Alvaro Dias defende salvo-conduto para senador boliviano

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a concessão de salvo-conduto pelo governo boliviano para que o senador Róger Pinto, que está há um ano asilado na embaixada do Brasil na Bolívia, possa ser transferido, em segurança, para outro país.

— Impedido de falar, impedido de receber visitas, impedido de ver o sol está o senador opositor Róger Pinto. É um prisioneiro em razão do seu comportamento libertário, denunciando ilícitos praticados por autoridades do seu país — protestou.



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Valadares e Lídice visitam estádio em Salvador

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou ontem em Plenário resultados de vistoria que fez, acompanhado de Lídice da Mata (PSB-BA), na Arena Fonte Nova e no Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, em Salvador. Sobre o novo estádio, Valadares se disse muito bem impressionado. Sobre o aeroporto, o senador afirmou que as obras estão sendo feitas com eficiência e competência.

As vistorias foram feitas segunda-feira. A capital baiana foi última das sedes da Copa das Confederações a ser visitada pelos parlamentares, na companhia de deputados.

Com capacidade para 55 mil pessoas, a arena substitui o Estádio Fonte Nova, demolido em 2009. A obra custou

R\$ 591,7 milhões. O BNDES financiou R\$ 323,6 milhões, e R\$ 268,1 milhões são oriundos do Tesouro estadual. A comissão verificou que uma falha na lona que cobre o estádio, que cedeu com fortes chuvas, já estava sendo corrigida.

Para Valadares, a preocupação é com o transporte, ainda

deficiente, principalmente para quem sai do aeroporto. Ele destacou a diferença do preço da obra da Fonte Nova com o Estádio Nacional de Brasília, que custou quase o dobro. Para Lídice, a manutenção do desenho original torna o novo estádio uma referência viva para o povo baiano.



Com deputados, Valadares (5º à esq.) e Lídice fazem vistoria da Arena Fonte Nova

No aeroporto, estão sendo investidos R\$ 140 milhões para reforma do terminal de passageiros e do pátio, além da construção de outra torre de controle, com 65 metros de altura, a maior do país. O superintendente regional do Centro-Leste da Infraero, José Cassiano Ferreira Filho, e o superintendente do Aeroporto de Salvador, Manoel Henrique Bandeira, explicaram que, com a conclusão das obras em dezembro e janeiro, o aeroporto ganhará mais 37 posições para estacionamento de aeronaves, passará de 58 para 78 balcões de check-in e substituirá esteiras de bagagem.

Após a Copa das Confederações, a CDR visitará outras seis arenas que só serão utilizadas a partir da Copa do Mundo: Manaus, São Paulo, Cuiabá, Porto Alegre, Curitiba e Natal.

Casildo lembra os 150 dias em que brasileiro apenas paga imposto

Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que amanhã completam-se os 150 dias do ano em que o brasileiro trabalha apenas para pagar impostos, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

— No ano passado, a arrecadação chegou a R\$ 1,59 trilhão, mais de 36% do PIB nacional, um volume gigantesco que não tem sido revertido em benefícios.

Uma reforma tributária poderia reduzir a carga e rever a distribuição entre os entes federados, na opinião do senador.

Entidades de assistência e formação profissional movimentam R\$ 4 bi por ano; auditorias são feitas sem consulta direta dos próprios fiscais

Em audiência, auditores criticam falta de transparência do Sistema S

IRREGULARIDADES NAS CONTAS de entidades do Sistema S foram debatidas em audiência pública realizada ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Autor do requerimento para o debate, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a arrecadação direta feita pelas entidades não é transparente.

Ataídes questionou representantes dos órgãos de controle e fiscalização presentes na audiência sobre várias irregularidades apontadas em auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo ele, as entidades arrecadam diretamente, sem passar pela Receita Federal, cerca de R\$ 4 bilhões, o que não seria legítimo pela legislação em vigor.

Para o coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, o órgão não arrecada as contribuições sociais destinadas ao Sistema S



Ataídes Oliveira (C) preside audiência pública em que foram discutidas irregularidades apontadas por órgãos de controle

porque há legislação que possibilita a arrecadação direta.

— Se quiserem que a Receita Federal administre todas as contribuições do Sistema S, então se revogue a legislação existente — afirmou.

Transparência

Segundo os representantes do TCU, da CGU, da Receita e da Advocacia-Geral da União (AGU), o principal problema é a falta de transparência das entidades do Sistema S. Para o secretário do TCU Fábio Barros a falta de um sistema corporativo em que estejam

disponibilizadas todas as informações prejudica a transparência, pois as auditorias são feitas com base no envio de dados pelas entidades e não por consulta direta dos próprios auditores.

— A transparência vai permitir que não só os órgãos de controle tenham mais espaço para acompanhar e fazer as fiscalizações, como também que haja um controle social — afirmou Barros.

O secretário de Controle Interno da CGU, Valdir Teixeira, disse que o órgão tem proposta de criação de um portal onde

o cidadão possa encontrar informações das receitas, despesas, convênios e cursos das entidades do Sistema S. Para ele, não há dúvidas de que essas entidades, mesmo sendo privadas, devem seguir a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Teixeira avalia que a legislação precisa ampliar as multas e supervisionar o orçamento para inibir a corrupção.

Ataídes Oliveira defendeu um projeto de autoria dele, o PLS 72/2013, que estabelece normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos.

Empresa pode ter mais prazo para pagar credores

Poderá ser ampliado para um ano o período em que ficam suspensas as cobranças judiciais contra empresa em processo de recuperação. É o que prevê o PLS 720/2011, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que agora segue para o exame, em decisão terminativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor, Valdir Raupp (PMDB-RO), quer mudar a Lei de Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005) para aumentar o período em que ficam suspensas todas as execuções contra empresa que está cumprindo plano para enfrentamento de dificuldades financeiras.

Ele considera o prazo hoje em vigor — de 180 dias — insuficiente para que a empresa consiga se recuperar, especialmente no caso de grandes empresas, cuja reestruturação envolve um grande número de credores.

Raupp argumenta que “o Poder Judiciário tem admitido a extensão desse prazo — embora a lei estabeleça ser ele improrrogável —, em razão da importância da recuperação judicial para a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores”.

O relator, senador Raulo Rodrigues (PSOL-AP), manifestou-se favorável à iniciativa.

Capiberibe cobra cumprimento da Lei da Transparência

A Lei da Transparência, que torna obrigatória a exposição de todas as receitas e despesas públicas na internet, precisa ser cumprida, cobrou João Capiberibe (PSB-AP), autor do projeto que resultou na

Lei Complementar 131/2009.

Até 27 de maio, quando venceu o prazo para a divulgação dos dados, mais de 4.958 municípios ainda não haviam cumprido a lei, afirmou o senador.

Capiberibe disse que, “como a corrupção não trata de desvio de conduta pessoal, mas é sistêmica, precisa ser combatida com outro sistema”, criado pela Lei da Transparência.

O senador reconheceu que

alguns estados “acordaram para a necessidade de auxiliar os municípios a cumprir a lei”, citando iniciativas adotadas em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Ana Rita comemora queda na mortalidade materna

O Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, celebrados ontem, foram lembrados por Ana Rita (PT-ES). A senadora comemorou a queda de 55,3% na mortalidade materna nos últimos 20 anos, segundo dados do Ministério da Saúde.

— Apenas de 2010 para 2011, a queda foi de 8,5%, um avanço em consequência da melhoria na atenção obstétrica e na atenção à saúde integral da mulher nos estados e municípios — afirmou.

Ana Rita saudou ainda a realização da 1ª Semana Nacional dos Povos Ciganos, em Brasília, na semana passada, com a participação de cerca de 300 representantes de comunidades ciganas.



Dados demonstram empenho do governo e do Brasil pela saúde das mulheres, diz Ana Rita



Lídice lembra que a mortalidade materna é uma das dez principais causas de morte de mulheres

Lídice pede mais atenção para saúde da mulher

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou ontem a importância do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, comemorados em 28 de maio. Ela salientou em discurso no Plenário o significado da data para as mulheres que buscam políticas públicas específicas para sua saúde, mas classificou como “inadmissíveis” as estatísticas de morte de mulheres:

Lídice citou nota da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que apontou redução de 55,3% da mortalidade materna no Brasil nos últimos 20 anos. Para a senadora, os números mostram avanços, mas ainda seriam “tímidos”.

Humberto ressalta ampliação do Samu em PE

Humberto Costa (PT-PE) comemorou em discurso ontem no Plenário a chegada de 47 novas ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Pernambuco.

Humberto disse estar muito satisfeito com o sucesso do programa, implantado em 2003, quando ele era ministro da Saúde, e ressaltou as diferenças do modelo brasileiro de atendimento.

— O Samu não é apenas um sistema com ambulâncias para remoção de pessoas. Os profissionais realizam o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar, seja em residências, locais de trabalho ou vias públicas — disse o senador.

Humberto explicou que “o coração” do Samu é a central de regulação, onde médicos respondem às demandas e definem, por exemplo, se é o caso do uso de atendimento básico ou de serviços avançados. Ele informou que Pernambuco já tem três centrais em funcionamento: Recife, Caruaru e Petrolina.

— Com a abertura da mais uma central, em Serra Talhada, e com a chegada das ambulâncias, haverá cobertura de 100% do estado — afirmou.



Paim integrou grupo de senadores que propôs Código Nacional de Segurança contra Incêndio

Câmara recebe proposta contra incêndio, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário o envio, para a Câmara, do relatório final elaborado pelo grupo de senadores que fez o levantamento da legislação sobre prevenção e combate de incêndios no Brasil. O texto propõe um Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico, além da regulamentação das atividades dos bombeiros militares, civis, municipais e voluntários e de um programa de educação nas escolas.

O documento foi entregue ao deputado Paulo Pimenta (PT-RS), presidente da comissão da Câmara que acompanha as investigações sobre o incêndio, na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que deixou 242 mortos.

Participação nos lucros de até R\$ 6 mil não vai pagar IR

Valores maiores terão alíquotas diferenciadas para tributação: 7,5% até R\$ 9 mil, 15% até R\$ 12 mil, 22,5% até R\$ 15 mil e 27,5% acima de R\$ 15 mil. Comissão de patrões e empregados fará acordos

O PLENÁRIO APROVOU ontem a Medida Provisória 597/2012, transformada no PLV 7/2013, que dá isenção total do Imposto de Renda Pessoa Física para valores de até R\$ 6 mil recebidos por empregados como participação nos lucros e resultados (PLR). O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), considerou a mudança urgente e benéfica para os trabalhadores.

As PLRs seriam tributadas na fonte, separadamente dos demais rendimentos. A MP estabelece tributação exclusiva na fonte desde 1º de janeiro de 2013, de acordo com uma tabela progressiva. Antes a tributação era de 27,5% para todos os valores. Agora, além da isenção total para quem receber até R\$ 6 mil, haverá alíquotas diferentes para valores maiores: até R\$ 9 mil, 7,5%; até R\$ 12 mil, 15%; até R\$ 15 mil, 22,5%; e acima de R\$ 15 mil, 27,5%. Os rendimentos de PLR relativos a mais de um ano, ou mais de uma parcela paga naquele ano, serão tributados com base na mesma tabela anual.

O texto também estabelece a formação de comissão paritária entre patrões e empregados para decidir sobre questões relacionadas à PLR. A empresa terá de prestar informações aos representantes dos trabalhadores para embasar as negociações. Do acordo devem constar programas de metas, índices de produtividade, qualidade ou lucratividade.

Pensão alimentícia

A MP permite deduzir as despesas com pensão alimentícia da base de cálculo da PLR se houver decisão judicial, acordo judicial ou separação consensual com escritura pública prevendo pagamentos sobre valores dessa natureza. Outro item permite ao servidor público deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda as contribuições à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal.

Foram apresentadas 36 emendas. Todos os destaques da oposição apresentados para alterar a tabela de isenção foram rejeitados nas votações em Plenário. Segundo o relator

na Câmara, deputado Luiz Alberto (PT-BA), a manutenção do patamar de até R\$ 6 mil anuais alcança cerca de 60% dos beneficiários e atende as centrais sindicais.

Também não foi acatada emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR) que impunha à União a compensação financeira de estados e municípios por prejuízos causados em razão da renúncia fiscal de R\$ 1,7 bilhão pelo governo.

— Significarão perdas substantivas para estados e municípios já sobrecarregados pela concentração de recursos nos cofres da União — disse Alvaro.

O líder do PSOL, Randolfe Rodrigues (AP), concordou com Alvaro Dias e disse que as concessões punem estados e municípios.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), considerou as emendas acolhidas pertinentes, o que, em sua avaliação, é exceção nas medidas provisórias examinadas.

O líder do PT, Wellington Dias (PI), afirmou que a MP vai ao encontro das reivindicações dos trabalhadores.

Caixa envia esclarecimentos sobre antecipação do Bolsa Família

Wellington Dias (PT-PI) informou em Plenário ontem que a Caixa Econômica Federal enviou esclarecimentos aos gabinetes dos senadores a respeito da antecipação do calendário de saque de benefícios do Bolsa Família no dia 17. Foi no fim de semana subsequente (dias 18 e 19) que boatos sobre o fim do programa levaram a uma corrida às agências do banco.

A nota lida pelo senador, assinada pelo presidente da Caixa, Jorge Hereda, diz que não há relação entre a medida da Caixa e a confusão causada pelos boatos.

Com base nos dados apresentados pela Caixa, Wellington disse

que, apesar da liberação antecipada do benefício, não houve aumento do número de saques no dia 17.

— Aliás, [foi] até um pouco mais baixo do que na sexta-feira do dia 17 do mês anterior, o que demonstra que, na verdade, essa situação ocorreu mesmo no sábado, a partir de informações divulgadas, via celular e via internet, para os usuários do Bolsa

Família, com as duas mentiras: a primeira, que ia acabar o Bolsa Família, e a segunda, que havia um bônus pelo Dia das Mães — disse Wellington. Ele acrescentou que a Polícia Federal continua investigando o caso.



Wellington: pagamento antes da data não gerou boato

Regulamentação dos direitos das domésticas fica para próxima semana

Ficou para a próxima semana a votação do texto apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) para regulamentar a emenda constitucional do trabalho doméstico (EC 72).

Ontem, Jucá fazia novas alterações no texto para apresentá-los à comissão mista, da qual é relator, encarregada de consolidar as leis federais e regulamentar dispositivos da Constituição. Uma das alterações propostas pelo relator diz respeito à indenização paga pelo empregador ao empregado demitido.

Segundo o presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), o adiamento foi um pedido das centrais sindicais. A reunião de hoje está mantida, mas servirá apenas para que a comissão discuta o texto. A votação deve ficar para a quinta-feira da próxima semana.

Vaccarezza explicou que as sugestões de alteração tanto dos parlamentares quanto dos sindicalistas serão analisadas por Jucá, que deverá apresentar um texto na terça-feira, após discussão com as centrais. A intenção, segundo o presidente, é

priorizar o trabalhador, depois o empregador e, por último, o Estado.

— Jucá está fazendo um relatório com equilíbrio e bom senso. Queremos construir um grande consenso nacional — afirmou o presidente.

Um dos principais ajustes no texto tem relação com a indenização paga pelo empregador ao empregado demitido. A multa equivale a 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho. No caso dos trabalhadores em geral, é devida apenas na demissão sem justa causa, mas o texto proposto anteriormente por Jucá acabava com essa distinção para o trabalhador doméstico.

Na prática, esses empregados receberiam os 40%, independentemente de terem pedido demissão, abandonado o emprego ou sido demitidos, com ou sem justa causa. Essa possibilidade gerou críticas entre os integrantes da comissão, que disseram considerar injusto tratar de maneira igual pessoas que agiram de modo diferente.



Relator da medida provisória, Inácio Arruda (2º à dir.), argumenta com senadores que a mudança beneficia trabalhadores

Raupp: "CLT é a principal referência do trabalhador"

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou, na segunda-feira, os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— A CLT é a principal e incontestada referência do trabalhador brasileiro. Apenas a Constituição de 1988 teve impacto similar na proteção ao empregado e na defesa da harmonia das relações laborais em nosso país — disse.

Raupp destacou a participação do Congresso no aprimoramento da norma e citou projeto (PLS 637/2011) dele que disciplina o abandono do emprego, aprovado no Senado e agora na Câmara, lembrando que há cerca de 700 propostas de alterações na CLT em tramitação no Congresso.



Valdir Raupp

Jucá destaca avanços da legislação trabalhista

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou, na segunda-feira, a importância dos avanços obtidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seus 70 anos de história e ressaltou que o país precisa continuar modernizando as leis trabalhistas.

— Agora precisamos modernizar ainda mais, quando temos a competitividade brasileira questionada, a diminuição da industrialização no nosso país, a abertura das fronteiras agrícolas e o desafio do mercado internacional — disse.

Como relator da comissão mista que regula a Emenda Constitucional das Domésticas (72/2013), Jucá afirmou que está criando todos os procedimentos necessários para que a CLT recepcione o empregador e o empregado doméstico equiparando garantias, direitos e condições compatíveis com as peculiaridades do trabalho doméstico.



Jucá analisará sugestões feitas por sindicalistas para concluir o relatório

a uma década

ão, com mudanças de redação aprovadas pela CAE

a pré-escola para as crianças de 4 a 5
o infantil em creches de forma a atender,
té o final da vigência deste PNE.
anos para toda a população de
os alunos concluíam a etapa
vigência o PNE.

ir para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até
líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

s, o atendimento escolar aos
ais do desenvolvimento e
gular de ensino.

os 8 anos de idade, durante os primeiros cinco
s 7 anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência
partir do décimo ano de vigência do plano.

o mínimo, 50% das escolas públicas,
nos da educação básica.

n todas as etapas e modalidades, com melhoria do
atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

15	2017	2019	2021
2	5,5	5,7	6
7	5	5,2	5,5
3	4,7	5	5,2

: 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12
plano, para as populações do campo, da região
vis pobres, e igualar a escolaridade média entre
Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

com 15 anos ou mais para
NE, erradicar o analfabetismo
etismo funcional.

educação de jovens e adultos, na
ensinos fundamental e médio.

tal técnica de nível médio, assegurando
gratuidade na expansão de vagas.

superior para 50% e a taxa líquida
gurando a qualidade da oferta.

npliar a proporção de mestres
cício no conjunto do sistema de
, no mínimo, 35% de doutores.

s na pós-graduação stricto sensu,
I mestres e 25 mil doutores.

nição, os estados, o Distrito Federal e os municípios,
tica nacional de formação dos profissionais da
o artigo 61 da Lei 9.394/1996, assegurando-
a legislação, e formação continuada em nível
tuída e na respectiva área de atuação.

, 50% dos professores que atuam na
stricto ou lato sensu na área de atuação
ação básica tenham acesso à formação
contextos dos vários sistemas de ensino.

edes públicas de educação básica de
são dos demais profissionais com
o ano de vigência do PNE.

a de planos de carreira para os profissionais da
os sistemas de ensino e, para o plano de carreira
, tomar como referência o piso salarial nacional
nos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição federal.

nbito da União, dos estados, do Distrito
ção democrática na educação básica
ia de decisões colegiadas nos órgãos
educação, e forma de acesso às funções
enho à participação das comunidades
federativa e das universidades.

o de forma a atingir, no mínimo, o
B) do país no quinto ano de vigência
PIB no final do decênio.

Prêmio Ulysses Guimarães vai incentivar a cidadania

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem a criação da Medalha Ulysses Guimarães para homenagear pessoas ou empresas que se destacarem na promoção da cidadania e do fortalecimento das instituições democráticas.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 7/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), propõe o nome do deputado porque será concedida nos 25 anos da promulgação da Constituição federal. A medalha será acompanhada por diploma, em sessão especial.

Na opinião do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), a Constituição de 1988 contribuiu para a democratização, com correção de injustiças e instituição do estado de direito depois de 21 anos de regime militar.

— Ulysses é um dos vultos mais extraordinários da história do Brasil. O prêmio que se

pretende instituir é mais que oportuno, é a resposta institucional justa da grandeza dos eventos a serem lembrados: o espírito democrático de Ulysses — disse Simon.

De acordo com requerimento de Paulo Paim (PT-RS), aprovado pela CE, a proposta segue para o Plenário em caráter de urgência.

Ulysses Guimarães foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, um dia antes do aniversário dele. Político e advogado, presidiu o então Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi deputado federal e teve papel importante na luta contra o regime militar e pela redemocratização do Brasil. Ulysses nasceu em São Paulo, em 6 de outubro de 1916, e morreu em acidente de helicóptero no Rio de Janeiro, em 1992.



Presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda (E) conduz os debates

Cristovam propõe Joaquim Nabuco no Livro dos Heróis

A CE também leu e discutiu o PLS 383/2012, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que inscreve o nome de Joaquim Nabuco no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria. A votação do parecer de Benedito de Lira (PP-AL), favorável à aprovação, não foi possível por falta de quórum.

Nascido no Recife, em 1849, Nabuco foi político, diplomata,

historiador, jurista, jornalista e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Ele lutou pela abolição da escravidão e contra os latifundiários, a Igreja e a elite, ressaltou Cristovam. O senador observou que não houve manifestações públicas pela abolição, pois a escravidão era considerada uma situação natural pela sociedade da época.

Colóquio discutirá colaboração científica entre Brasil e EUA

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai realizar colóquio para debater “O futuro da educação superior no Brasil e nos Estados Unidos: Ciência sem Fronteiras e democratização do ensino superior”, conforme requerimento aprovado pelo colegiado. O evento, requerido pelo presidente da comissão, Cyro Miranda (PSDB-GO), tem o apoio do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Universidade do Texas, em Austin (EUA).

O senador explicou que o encontro visa discutir a mobilidade estudantil promovida pelo Programa Ciência sem Fronteiras e as oportunidades de colaboração científica e tecnológica entre Brasil e Estados



Mercadante, da Educação, é um dos convidados

Unidos. Cyro ressaltou que a CE tem realizado ações que possibilitam a troca de experiências e o conhecimento de sistemas de educação que são referências no mundo.

Para discutir, o senador sugeriu que sejam convidados o reitor da Universidade do Texas, William Powers; o diretor da Faculdade de Geociências da Universidade do Texas, William Fisher; o ministro da Educação do Brasil, Aloizio Mercadante; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin; o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Glaucius Oliva; e o diretor do Departamento Cultural do Itamaraty, George Torquato Firmeza.

Desconto para estudante em dia com o Fies sai de pauta

O projeto de lei que concede desconto ao universitário financiado pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), previsto para ser votado ontem na Comissão de Educação e Cultura (CE), foi retirado de pauta a pedido do Ministério da Educação. A proposta, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), receberá votação final na comissão.



Lúcia Vânia propõe até 25% de abatimento do saldo

abatimento de até 25% do saldo devedor, para quitação antecipada do financiamento, ou bônus de adimplência de 5% nas parcelas a vencer que forem pagas até a data dos vencimentos.

De acordo com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 124/2007, o estudante que tiver quitado 75% da dívida com o Fies sem atraso no pagamento das mensalidades poderá receber

Sérgio Souza comemora centenário da UFPR

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) recebeu homenagem de Sérgio Souza (PMDB-PR) pelos 100 anos de existência. O senador disse que a UFPR é tida como referência no ensino superior brasileiro.

— Símbolo maior da intelectualidade paranaense, a UFPR demonstra sua importância e excelência por meio dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, que são norteados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão — disse.

Souza lembrou que a criação efetiva da universidade foi liderada por Victor Ferreira do Amaral e Silva em dezembro de 1912. Inicialmente, a universidade

funcionava como instituição particular, transformando-se em federal em 1950. O senador destacou a expansão da UFPR, com a construção do Hospital de Clínicas, em 1953; do Complexo da Reitoria, em 1958; e do Centro Politécnico, em 1961, que representaram a consolidação da universidade. Souza afirmou que a instituição foi eleita símbolo de Curitiba e está presente no interior e no litoral do estado.

— Mas fui informado pelo reitor que nossa universidade paga a tarifa mais alta pela energia elétrica que consome, o que destoa absolutamente da premissa de que a educação deve ser reforçada e incentivada — protestou.

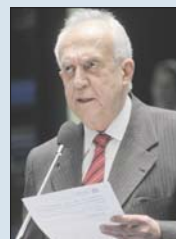
Jarbas: Civita defendia liberdade de imprensa

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) lamentou a morte do empresário e jornalista Roberto Civita, que morreu na noite do último domingo, aos 76 anos.

— Sua presença fará falta. Estou certo de que ele ainda tinha muito a contribuir com o desenvolvimento social e econômico do país — disse o senador, manifestando solidariedade com a família.

Para Jarbas, não é gratuito o fato de o Brasil ter na comunicação uma das áreas mais dinâmicas,

superando no setor muitos países desenvolvidos. A vanguarda, segundo o senador, só se tornou possível por conta do espírito aguerrido e determinado de pessoas como Civita.



Jarbas Vasconcelos lamenta morte de Roberto Civita

O senador registrou que apesar de ter nascido na Itália e ter vivido parte da juventude nos EUA, Roberto Civita escolheu o Brasil para construir, junto com o pai e os irmãos, um dos maiores grupos de comunicação do planeta, o Abril. Jarbas disse que Civita era um grande defensor da liberdade de imprensa.

Proposta, que irá para sanção presidencial, autoriza operadoras de telefonia móvel a alugar suas redes a empresas que se especializariam na localização de pessoas via GPS

Aprovado projeto que prevê uso de celular para localizar desaparecidos

AS EMPRESAS DE telefonia celular poderão ser autorizadas a alugar suas redes para a implantação de serviços de ajuda na localização de pessoas desaparecidas. Com o uso do sistema de posicionamento global (GPS, na sigla em inglês), os donos de celulares cadastrados poderão ser rastreados por meio do envio de mensagens ou pelo acesso à internet.

Esse uso das redes de telefonia móvel está previsto no PLC

54/2012, aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto irá para a sanção presidencial caso não seja apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

O aumento do número de desaparecidos nas cidades brasileiras foi o que motivou o autor, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), a apresentar a proposta.

O relator na CCT, senador Walter Pinheiro (PT-BA), considera que a medida proposta é imprescindível para melhorar os sistemas de informação dos órgãos que investigam o desaparecimento de pessoas.

— Sem um sistema integrado que possa distribuir mensagens instantaneamente e a baixo custo a qualquer pessoa no território nacional, em casos que exigem rápida mobilização, o sistema de

prevenção e resgate de pessoas desaparecidas não pode funcionar satisfatoriamente — afirma o relator.

O sistema de localização por GPS já vem sendo utilizado para a localização de veículos equipados com chips, facilitando o resgate de carros e cargas roubadas. O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) estuda a instalação de chips de identificação em toda a frota de veículos do país.

Pinheiro destaca novas aplicações para telefonia móvel

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que foi acertada a aprovação do projeto que permite a utilização de redes de telefonia celular para localizar pessoas desaparecidas. Ele foi o relator da proposta.

O senador disse que é preciso utilizar cada vez mais essas ferramentas tecnológicas. Citou a possibilidade de uso do celular para que um médico acompanhe resultados de exames realizados em regiões remotas do país.

Pinheiro elogiou a Medida Provisória 615/2013, que trata, entre outros assuntos, da bancarização. A MP permite que operações de pequena monta sejam feitas pelo celular, sem necessidade de abertura de conta corrente, facilitando o acesso da população de baixa renda aos serviços bancários. Ele disse que a bancarização permitirá o envio de mensagens aos usuários de celulares, o que poderia ser usado, se já estivesse em operação, para desmentir os boatos sobre a extinção do Bolsa Família, que levaram centenas de milhares de pessoas aos bancos.



O senador Walter Pinheiro fala na reunião da CCT, ao lado do consultor legislativo Igor Vilas Boas de Freitas (E) e dos senadores Zeze Perrella e Aníbal Diniz

Proposta obriga instituições públicas a divulgarem produção científica na internet

As instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou privadas, poderão ser obrigadas a disponibilizar acesso, pela internet, à produção técnico-científica financiada com recursos públicos. A medida está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão

de Ciência e Tecnologia (CCT) e agora segue para a Comissão de Educação (CE). A proposta (PLS 387/2011) estabelece que universidades, faculdades, institutos e centros de ensino superior, bem como entidades de pesquisa, sejam públicos ou privados, devem manter em repositórios de livre acesso, pela internet,

o inteiro teor da produção técnico-científica resultante de pesquisas feitas com recursos públicos.

O apoio financeiro oficial pode ser do governo federal ou dos governos estaduais e municipais.

Para o autor do projeto, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), os depósitos digitais de livre acesso reforçam o papel das instituições de “servir à sociedade e promover o conhecimento científico e a difusão cultural”. Favorável ao texto, o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), observa que a disseminação virtual do conhecimento científico já é uma prática em países mais desenvolvidos.



Para Rollemberg, projeto reforça papel de instituições públicas

Empresas startups de tecnologia poderão ter isenção de impostos por quatro anos

Projeto que concede isenção de impostos federais a novas micros e pequenas empresas de tecnologia da informação e comunicação foi aprovado ontem na CCT. O texto precisa ainda ser aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de seguir para a Câmara.

O projeto (PLS 321/2012) institui o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia (Sis-tenet), para beneficiar empresas com receita bruta trimestral de até R\$ 30 mil e, no máximo, quatro funcionários.

Pelo texto, a empresa pode permanecer no sistema por até quatro anos e a adesão é

feita quando da inscrição na Receita Federal. Após esse período, a nova empresa de tecnologia, chamada de startup, terá 30 dias para aderir ao Simples Nacional, desde que atenda as normas desse sistema de tributação (Lei Complementar 123/2006).

Autor do projeto, José Agripino (DEM-RN) explica que as startups são empresas “incipientes e inovadoras, fruto das iniciativas de jovens que transformam boas ideias em negócios lucrativos”. Ele argumenta que o apoio a essas empresas é necessário em razão das dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de um novo empreendimento.



Agripino propôs apoio a primeiros passos de empresários inovadores

Marco Civil da Internet será debatido em audiência pública

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT) vai fazer uma audiência pública para debater projeto que define o Marco Civil da Internet. A proposta (PL 2.126/2011), que tramita na Câmara, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. O requerimento

do debate, aprovado ontem em reunião da comissão, é do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Serão convidados para a audiência o relator da matéria na Câmara, deputado Alessandro Molon (PT-RJ); o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão; e o

secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro.

Também devem participar a diretora de Relações Institucionais e Regulamentação do Grupo Telefônica Vivo, Leila Loria; o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Paulo Tonet Camargo; e o diretor de

Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google no Brasil, Marcel Leonardi.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento de João Capiberibe (PSB-AP) para realização de debate sobre o PLS 68/2010, que altera lei que trata do sistema de votação adotado no país (Lei 12.034/2009).

Serão convidados Amílcar Brunazo Filho, engenheiro especialista em Segurança de Informática; Diego Aranha e Pedro Rezende, professores do Departamento de Ciências da Computação da Universidade de Brasília (UnB); e Giuseppe Janino, secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Comissão especial terá três meses para negociar entendimento entre militares e a Comissão Pastoral da Terra, que defende habitantes de região onde está o Centro de Instrução de Guerra

Avança acordo para regularização de área do Exército em Manaus

APESAR DA TROCA de farpas entre representantes do Exército e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) conseguiu intermediar ontem um acordo para a regularização fundiária de comunidades tradicionais que há décadas ocupam parte de área de 115 mil hectares onde está instalado o Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército, em Manaus.

O debate foi encerrado com o compromisso de uma comissão especial ligada à CDH negociar um entendimento no prazo de três meses. O grupo terá João Capiberibe (PSB-AP), que é vice-presidente da CDH, e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Também farão parte da comissão especial representantes do Exército, do Ministério Público Federal (MPF), da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), da Advocacia-Geral da União (AGU), da CPT e da comunidade local.

Retirada de ação

O acerto deve passar pela retirada de ação judicial aberta pelo Exército contra moradores que rejeitam os termos da concessão de direito real de uso proposta e pelo não condicionamento da titulação prévia das famílias para acesso ao programa de eletrificação rural



Presidente da comissão, Ana Rita (4ª à esq.) ouve o procurador da República no Amazonas, Julio José Araujo Junior

Luz para Todos. A coordenadora da Pastoral no Amazonas, Marta Valéria Andrade Cunha Sponton, também reivindicou que a SPU assuma o processo de regularização fundiária tocado pelo Exército.

Apesar do desencontro dos participantes em relação à quantidade de comunidades tradicionais afetadas — o Exército falava em 5, enquanto a Pastoral citava 19 —, houve concordância sobre a necessidade de permanência daquelas pessoas na área.

— Essas comunidades são um patrimônio vivo da Amazônia, têm uma relação diferenciada com a terra e preservam a natureza —

afirmou o procurador-chefe do MPF no Amazonas, Julio José Araujo Junior.

Bolsa Verde

O comprometimento do Exército com a preservação ambiental e com o bom relacionamento também foi assinalado pelo procurador-chefe da AGU no Amazonas, Allan Carlos Moreira Magalhães. O caráter conservacionista das comunidades levou a secretaria de Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, a cogitar a inclusão delas entre os beneficiários do Programa Bolsa Verde, que concede uma ajuda de custo por meio do Ministério do Meio Ambiente.

Por sugestão de João Capiberibe, autor do requerimento do debate, nova audiência pública deverá acontecer em dois ou três meses para avaliar o andamento das negociações. De acordo com o Exército, a área em litígio envolve cinco comunidades — das quais duas já entraram em entendimento com os militares para receber a titulação —, totalizando 175 famílias e 690 moradores.

Ao final do debate, a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), observou que o diálogo franco e o respeito entre as partes é muito importante para encontrar uma solução para o problema.

Legitimidade de possível morador causa divergência

O maior desentendimento entre o chefe do Comando Militar da Amazônia, o general de brigada José Luiz Jaborandy Junior, e a coordenadora da Pastoral da Terra no Amazonas, Marta Valéria, foram acusações feitas a um homem que requer a legalização da permanência na área. De acordo com o general, o homem ocupa irregularmente o local e foi denunciado pela esposa por estupro da enteada.

— Ele não é morador tradicional, não é benquisto pela comunidade e sua atuação é questionável — afirmou.

Marta Valéria contestou a versão e afirmou que a casa do acusado foi derrubada por dois oficiais que não foram punidos no inquérito militar aberto para apurar o caso. Ela pediu que o acusado seja ouvido pela CDH.

Por sugestão de João Capiberibe (PSB-AP), novo debate acontecerá em até três meses para avaliar o andamento das negociações.



João Capiberibe propôs novo debate dentro de até três meses

Projeto extingue Funai e cria Secretaria dos Povos Indígenas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje a proposta que cria a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas (PLS 173/2011). O novo órgão nasceria da fusão da Fundação Nacional do Índio (Funai), subordinada ao

Ministério da Justiça, com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde.

Da pauta da CCJ consta também o projeto de lei que assegura aos índios o direito de registrar na certidão de

nascimento prenomes de origem indígena (PLS 3/2010).

Os senadores da CCJ podem ainda votar uma proposta que obriga os órgãos e entidades públicas a divulgar a remuneração dos servidores (PEC 3/2012) e outra que inclui os

ex-presidentes da República entre os membros do Conselho da República (PEC 50/2011).

A pauta inclui ainda o projeto (PLS 174/2011) que cria a Lei de Responsabilidade Sanitária, que prevê punição para quem negligenciar o atendimento nos

hospitais e para gestores envolvidos em ações fraudulentas e desvios de verba na área da saúde. Em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana passada, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pediu apoio para a proposta.

Cícero Lucena propõe audiências sobre situação do sistema prisional

A realização de duas audiências públicas sobre a situação do sistema prisional foi requerida por Cícero Lucena (PSDB-PB) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o senador, o sistema prisional do país está em estado falimentar, com os quase 1 milhão de homens e mulheres que compõem a população encarcerada submetidos a condições desumanas e insalubres.

— A superlotação e a situação de precariedade criam ambiente favorável ao alistamento

de presidiários, supostamente com menor poder ofensivo, às fileiras do crime organizado. Os presídios, em vez de propiciarem a desejada ressocialização dos apenados,



Cícero: é preciso debater saúde e direitos humanos dos presos

configuram-se uma verdadeira universidade do crime — disse.

Cícero criticou a iniciativa anunciada pelo governo federal de criar 240 mil novas vagas nos presídios do país. Segundo ele, há questões ligadas à saúde e aos direitos humanos dos presos que precisam ser enfrentadas pelo poder público.

Vanessa cobra investigação sobre morte de radialista no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou ontem em Plenário voto de pesar pela morte da coordenadora da Rádio Nacional do Alto Solimões, da

Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Lana Micol Cirino Fonseca, assassinada domingo em Tabatinga (AM), aos 30 anos. Como procuradora da Mulher do Senado, Vanessa cobrou do governo do Amazonas e do Ministério Público local prioridade na elucidação do crime.

Lana foi atingida por três tiros, disparados por dois homens numa

motocicleta, quando voltava para casa com a filha de 7 anos e o namorado. A senadora explicou que a polícia tem como principal suspeito o ex-marido de Lana.

A radialista participou da reestruturação da Rádio Nacional no município, que faz fronteira com a Colômbia. Vanessa informou que a polícia e o Exército, com ajuda da população, estão mobilizados para encontrar o suspeito, que deve ter contratado pistoleiro e pode ter fugido para a Colômbia ou para o Peru.



Procuradora da Mulher, Vanessa fala em possível crime passionnal

Projeto gerou polêmica; para Pedro Taques, proposta permite que delegados se recusem a atender pedidos feitos pelo Ministério Público

Plenário aprova projeto que dá mais autonomia a delegado de polícia

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto que regulamenta as atribuições do delegado nos inquéritos policiais (PLC 132/2012). O objetivo é garantir-lhes autonomia na apuração dos crimes.

A proposta, que teve grande debate quando o relatório de Humberto Costa (PT-PE) foi votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), agora irá para a sanção presidencial.

Pelo texto do senador, o delegado só poderá ser afastado da investigação se houver motivo de interesse público ou descumprimento de procedimentos previstos no regulamento da corporação que possam prejudicar a investigação. O ato dependerá de um despacho fundamentado do superior hierárquico. A exigência de um ato fundamentado também é prevista para a transferência do delegado.

O projeto, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), estabelece que a categoria tem direito ao mesmo tratamento dado a integrantes da Justiça, da Defensoria Pública e do Ministério Público.



Observado por Humberto Costa (E), relator do projeto, Pedro Taques critica o texto que trata dos poderes dos delegados

Há, entre alguns parlamentares, o temor de que, ao dar mais força à atuação dos delegados, o projeto limite o controle externo da polícia por parte do Ministério Público, tarefa prevista na Constituição.

Inconstitucional

Pedro Taques (PDT-MT) levantou dúvidas em relação à constitucionalidade da proposta. Uma delas foi quanto à previsão de que o delegado poderá conduzir a investigação criminal por meio de inquérito policial "ou outro procedimento previsto em lei".

De acordo com o senador, o

texto deveria esclarecer quais seriam esses procedimentos legais, já que a dúvida chegará e trará dificuldades ao Judiciário.

Taques criticou a ideia do "livre convencimento" do delegado. Para ele, quem é dotado de livre convencimento pode se recusar a praticar determinados atos — como os pedidos feitos pelo Ministério Público.

O projeto fala da necessidade de o delegado conduzir os inquéritos com imparcialidade. O senador contestou a ideia dizendo que só existe imparcialidade em processo judicial e, já que o inquérito policial é um processo

administrativo, o termo correto seria impessoalidade.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse não ser contrário ao mérito do projeto, mas manifestou preocupação quanto às dúvidas de constitucionalidade. O senador pediu mais tempo para discutir a proposta.

Humberto negou que o texto represente qualquer interferência na competência de outros órgãos no processo investigatório. Segundo o relator, a proposta não tem nada a ver com a PEC 37/2011, que retira poderes de investigação de promotores e procuradores.

Procuradores estrangeiros criticam PEC

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e um grupo de procuradores-gerais de outros dez países criticaram a proposta que limita o poder de investigação do Ministério Público. Eles participam da 4ª Assembleia Geral Extraordinária da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (Aiamp), em Brasília, e visitaram o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os procuradores-gerais de Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Espanha, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai externaram a preocupação com a eficiência da cooperação jurídica internacional caso a PEC 37/2011 seja aprovada e expressaram

receio de que a iniciativa seja difundida entre os países da região, conforme relataram Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que acompanharam a reunião.

— Somente em três países do mundo o poder de investigação não cabe ao Ministério

Público. E esses três países do mundo são ditaduras, são estados de exceção localizados na África. O Brasil não pode entrar nesse seletivo e triste grupo — disse Randolfe.

Taques afirmou que a PEC é claramente inconstitucional e defendeu o arquivamento. A proposta tramita na Câmara.



Gurgel (C) com Renan, senadores Randolfe e Taques e procuradores de dez países

Nome para o Conselho do MP será analisado hoje

Na primeira parte da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcada para hoje, os senadores analisarão a indicação pelo procurador-geral da República do nome do procurador da República Vladimir Barros Aras para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Antes de votação secreta, Aras será sabatinado pelos parlamentares da CCJ. Se a indicação for aprovada, o passo seguinte será a votação pelo Plenário do Senado. O processo é concluído com a nomeação do indicado pela presidente da República.

Sabatina de indicado para ministro do STF será em 5 de junho

O advogado Luís Roberto Barroso, indicado para vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), será sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 5 de junho, quarta-feira. A data foi definida ontem durante reunião entre Barroso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O relatório relativo à indicação será apresentado hoje pelo próprio Vital do Rêgo. Se aprovado após a sabatina, o nome de Barroso pode ser apreciado no Plenário no mesmo dia 5, conforme sinalizou Renan.

Barroso foi indicado pela presidente da República, Dilma Rousseff, para a vaga aberta com a aposentadoria de Carlos Ayres Britto.

O advogado disse considerar a sabatina um passo importante no processo de nomeação por permitir aos cidadãos conhecerem melhor o indicado.

— É uma fase importante, que dá transparência à indicação. A sociedade está prestando mais atenção ao Supremo, de modo que eu encaro essa etapa com muita seriedade. Pretendo me preparar e responder com autenticidade tudo que eu possa razoavelmente responder — disse Barroso.

Também participaram da reunião José Sarney (PMDB-AP), Jorge Viana (PT-AC), Lindbergh Farias (PT-RJ), Romero Jucá (PMDB-RR) e Magno Malta (PR-ES).



Indicação de Luís Roberto Barroso pode ir a Plenário no mesmo dia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segundo-secretário: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aprovados R\$ 7,4 bilhões a 270 aeroportos regionais

Investimento é um dos 18 temas de medida provisória que também amplia o limite de crédito para infraestrutura da Caixa e dispensa licitação para telecomunicações durante eventos da Fifa

OS RECURSOS DO Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) poderão ser usados na reforma e modernização dos aeroportos regionais do país. A medida consta do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/2013, aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto, decorrente da Medida Provisória 600/2012, trata de 18 assuntos, sendo 11 previstos no texto original e outros 7 acrescentados por meio de emendas parlamentares. A proposta, que perderia a validade na próxima segunda-feira, foi aprovada apesar dos votos contrários do PSDB.

De acordo com o PLV 10/2013, a gestão do Fundo Nacional de Aviação Civil — que no texto original da MP ficaria a cargo do Banco do Brasil — passa a ser responsabilidade da Secretaria de Aviação Civil (SAC), que é vinculada à Presidência da República. A execução poderá ser direta, por meio de bancos federais ou de suas subsidiárias, com uso das regras do Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

De acordo com o relator da comissão mista que analisou a MP, deputado Lucio Vieira

Lima (PMDB-BA), serão investidos numa primeira etapa de modernização dos aeroportos cerca de R\$ 7,4 bilhões para 270 terminais. Os recursos serão distribuídos em R\$ 2,1 bilhões para 64 aeroportos regionais do Nordeste, R\$ 1,7 bilhão para 67 aeroportos da Região Norte, R\$ 1,6 bilhão para 65 aeroportos da Região Sudeste, R\$ 994 milhões para 43 aeroportos da Região Sul e R\$ 924 milhões para 31 aeroportos da Região Centro-Oeste.

Fundo nacional

O PLV também altera a natureza do Fundo Nacional de Aviação Civil, que deixa de ser apenas contábil para ser financeiro. Outra mudança é a destinação das tarifas aeroportuárias para suporte financeiro do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos.

Para o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que defendeu a proposta em Plenário, a melhoria das condições de aeroportos é importante especialmente para cidades da Região Norte. Inácio Arruda (PCdoB-CE), também favorável ao projeto, acrescentou que a proposta cria condições

para que haja uma expansão da aviação regional e para que os brasileiros tenham mais opções de voos, atualmente escassas.

O PLV 10/2013 também atendeu acordo firmado entre o governo brasileiro e a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) sobre a oferta de telecomunicações nos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. O projeto altera a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012) para permitir a contratação, se licitação, da Telebras e da Telebras Copa, sua subsidiária. A liberação valerá para outros eventos internacionais sediados pelo Brasil, como a Jornada Mundial da Juventude, marcada para julho no Rio de Janeiro.

O texto aprovado pelos senadores também amplia de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 10 bilhões o limite de crédito da Caixa Econômica Federal para financiamento de projetos de infraestrutura. O banco também é beneficiado com a matéria — receberá crédito de R\$ 7 bilhões da União para fortalecer o próprio patrimônio, como forma de preparar-se para possíveis crises financeiras.

Plenário autoriza empréstimo de US\$ 100 milhões para o estado do Rio

O Plenário aprovou ontem contrato de empréstimo externo entre o estado do Rio de Janeiro e o Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 100 milhões. O projeto segue para sanção.

Os recursos serão destinados ao financiamento adicional do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Rio Rural). Pela manhã, a

proposta havia sido aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Rio Rural visa à melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda com a conservação dos recursos naturais. O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que a proposta complementa ações para conter as áreas de risco da Região Serrana do Rio de Janeiro.

Senado aprova novas universidades federais no Pará, na Bahia e no Ceará

O Senado aprovou a criação de novas universidades federais no Pará, no Ceará e na Bahia. Elas serão criadas pelo desmembramento das universidades federais já localizadas nos estados.

Os projetos, do Executivo, chegaram ao Senado ontem e foram aprovados em regime de urgência. Agora, irão para a sanção presidencial.

Elas são a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em Marabá; a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), em Barreiras; e a Universidade Federal do Cariri (UFCA), em Juazeiro do Norte.

Os três projetos aprovados preveem a criação de cargos e de novos campi vinculados às universidades.

Tribunal Regional do Trabalho de Goiás passa a ter mais 479 funções comissionadas

Foi aprovado no Plenário projeto que cria 479 funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-GO), com sede em Goiânia.

O projeto (PLC 51/2012) recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, e Justiça (CCJ) e vai à sanção



presidencial. A medida não aumentará o gasto com pessoal, pois as despesas correrão por conta das dotações consignadas ao tribunal no Orçamento da União.

O relator do projeto na CCJ, Waldemir Moka (PMDB-MS), argumenta que se trata de situação já existente, que precisa apenas ser regularizada.

Segue para sanção texto que prevê 29 de novembro como Dia da Amizade Brasil-Israel

O Plenário aprovou o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 56/2005, que institui o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel. A matéria vai agora para a sanção presidencial.

A data será comemorada anualmente em 29 de novembro. O projeto é de autoria do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ).

— Trata-se do dia em que, em 1947, deliberou-se, no seio da Organização das Nações Unidas, favoravelmente à criação do Estado de Israel, com a atuação firme e historicamente reconhecida do embaixador brasileiro Oswaldo Aranha, que presidia a Assembleia Geral da ONU no conturbado período do pós-guerra — explica Crivella.

Requião critica mudança do governo sobre os portos e fala em privatização branca

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a postura divergente do governo federal frente à questão da privatização dos portos. Em pronunciamento ontem, ele lembrou o voto contrário apresentado em outubro de 2011 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo senador Jorge Viana (PT-AC)



ao Projeto de Lei do Senado 118/2009, de Kátia Abreu (PSD-TO), que estabelece a privatização. De acordo com Requião, o projeto da senadora teve a essência reproduzida na chamada MP dos Portos, que teve grande esforço do governo para a aprovação no Congresso, inclusive de Viana.



Em um dia de agenda cheia, senadores aprovaram recursos nas áreas de infraestrutura, educação e justiça, entre outras

Texto beneficia Santas Casas e Apaes

Além de infraestrutura e investimentos para a Copa do Mundo, o PLV 10/2013 trata do parcelamento e da prorrogação de prazos para o pagamento de dívidas públicas.

Por meio de emendas à Medida Provisória 600/2012, os parlamentares incluíram no texto do Executivo o parcelamento, em até 360 prestações mensais, dos débitos que Santas Casas, Apaes e demais entidades hospitalares sem fins lucrativos têm com autarquias (INSS, por exemplo), fundações públicas e dívidas ativas.

A dívida total terá desconto

de 60% das multas de mora e de ofício, de 20% dos juros de mora e de 100% dos encargos legais. Os beneficiados terão 120 dias para entrar com o pedido.

Já os parcelamentos de dívidas com autarquias e fundações públicas federais serão prorrogados até 31 de dezembro de 2013. O prazo inicial venceu em 2010.

Também para o final de 2013 serão prorrogados refinanciamentos do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), do Parcelamento Especial (Paes), do Parcelamento Excepcional (Paex) e de débitos relativos

ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O prazo original acabou em 2009.

O PLV também autoriza empresas públicas federais (exceto bancos) a aplicar recursos na conta única do Tesouro Nacional; a troca, entre a União e o BNDES, de direitos de crédito junto à Itaipu Binacional, detidos pelo Tesouro Nacional, por títulos da dívida ou ações em posse do banco; e o reembolso do BNDES às instituições financeiras pela compra de carteiras de financiamento passíveis de receberem subvenção de juros da União.

Aprovada redução na meta de superávit da União

Proposta do governo que modifica Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor prevê diferença de R\$ 47,8 bilhões correspondente ao resultado esperado de estados e municípios e foi votada em meio a polêmica

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem a redução da meta de superávit de R\$ 155,8 bilhões para R\$ 108 bilhões. A diferença de R\$ 47,8 bilhões é o resultado esperado de estados e municípios. A proposta (PLN 1/13) foi enviada pelo governo para modificar a LDO em vigor (Lei 12.708/2012).

O relatório do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), defendendo a proposta, foi votado em meio a polêmica. O deputado Esperidião Amin

(PP-SC) apresentou emenda que restringia o contingenciamento das emendas, o que foi rejeitado pelo relator. Mas a proposta de Amin foi aprovada pelos deputados. Entre os senadores, foi rejeitada.

A mudança no critério de votação foi criticada pela oposição, que acusou o presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA), de ter concluído a análise depois de a ordem do dia da Câmara ter começado. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG)

cobrou a anulação da votação. Por se tratar de uma comissão mista, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, disse que levará o problema ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Berzoini disse que a emenda que restringe o contingenciamento das emendas é justa, mas se opôs à inclusão dela no texto alegando que a possibilidade de tornar impositivo o Orçamento ou as emendas parlamentares será debatida em comissão especial da Câmara.



Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Lobão Filho (3º à dir.) lê a proposta de redução enviada para análise

Definidos relatores setoriais do Orçamento

A CMO confirmou ontem os nomes do relator de Receitas e dos dez relatores setoriais para o projeto orçamentário de 2014. O relator de Receitas será Eduardo Amorim (PSC-SE). Já estavam definidos o relator-geral do Orçamento, Miguel

Corrêa (PT-MG), e o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Danilo Forte (PMDB-CE).

Foram definidos o responsável pelo Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle (deputado Efraim Filho, DEM-PB), o responsável pelo Comitê de

Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves (deputado Afonso Florence, PT-BA) e o responsável pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas (deputado Roberto Teixeira, PP-PE).

Os dez nomes para o projeto orçamentário de 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
► Infraestrutura	senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
► Saúde	deputado Marçal Filho (PMDB-MS)
► Integração Nacional e Meio Ambiente	deputado Aelton Freitas (PR-MG)
► Educação, Cultura, C&T e Esporte	senador Wilder Moraes (DEM-GO)
► Planejamento e Desenvolvimento Urbano	deputado Welliton Prado (PT-MG)
► Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE)
► Justiça e Defesa	deputado Nelson Ferraço (PP-PR)
► Poderes do Estado e Representação	senador Ricardo Meurer (PMDB-ES)
► Agricultura e Desenvolvimento Agrário	senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
► Trabalho, Previdência e Assistência Social	deputado Junji Abe (PSD-SP)

Governo descarta orçamento impositivo

Uma das principais reclamações dos deputados federais quanto ao Orçamento é a execução de emendas deles pelo governo. Por essa razão, querem aprovar um orçamento impositivo para as emendas individuais, para evitar contingenciamento (retenção de verbas). A medida não terá o apoio do governo, como ficou claro na audiência realizada ontem com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

A ministra disse que uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabeleça

um orçamento impositivo pode ser inconstitucional. Atualmente, uma comissão especial da Câmara está examinando PECs com esse objetivo. Uma das promessas de Henrique Alves quando ainda era candidato à Presidência da Câmara foi pôr o tema em votação.

Miriam argumentou que “o Orçamento já é impositivo na prática”, porque cerca de 88% dele é vinculado a despesas predefinidas. Ela ressaltou que só 11% representam o orçamento discricionário (sobre o qual o governo tem alguma

liberdade de decisão). Por isso, continuou a ministra, um orçamento impositivo pode resultar em um “engessamento” maior e impedir ajustes quando forem necessários.

Antes da audiência, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o colegiado rejeitou uma emenda do deputado Esperidião Amin (PP-SC) que restringia o contingenciamento de emendas parlamentares. Em votação tensa, a emenda foi aprovada pelos deputados, mas rejeitada pelos senadores que integram a CMO.

Mantida exigência de sete dias para análise de MPs no Senado

Após ouvir a opinião de vários senadores em Plenário sobre a possibilidade ou não de leitura da Medida Provisória 605/2013 no final da sessão deliberativa de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou a manutenção de acordo para que MPs que cheguem à Casa com menos de sete dias de prazo não sejam apreciadas. Com a decisão, a MP 605, que permite o uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético para compensar descontos na tarifa de energia elétrica, não foi lida em Plenário e perderá a eficácia na segunda-feira, dia 3.

— As medidas provisórias são todas importantes. Mas elas não são mais importantes do que o Senado Federal, do que a instituição, do que a democracia — disse Renan.

A discussão teve início após o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentar questão de ordem solicitando a Renan que se pronunciasse sobre a contagem do prazo de sete dias de validade — regra acordada pelos senadores depois da análise da MP dos Portos no último dia de vigência.

Em defesa do prazo mínimo, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) sugeriu a incorporação

do conteúdo da MP 605 à MP 608/2013, da qual é relator, que implementa as regras de Basileia 3 no Sistema Financeiro Nacional.

Senadores da base governista, no entanto, manifestaram preocupação com a possibilidade de cumprimento da regra mesmo para a MP 608, que precisa ser votada na comissão mista e na Câmara.

Armando Monteiro (PTB-PE) manifestou inconformidade com a manutenção do prazo. Relator da MP 601/2013, que desonera a folha de pagamento de diversos setores e também perde a validade dia 3, ele afirmou que isso desestimula os parlamentares a produzirem bons relatórios. No mesmo sentido, Lobão Filho (PMDB-MA), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Humberto Costa (PT-PE) e José Pimentel (PT-CE) solicitaram a leitura da MP.

Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defenderam o prazo de sete dias. No final da sessão, Renan acatou recurso dos senadores da base governista solicitando o exame da decisão pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Fim do sigilo bancário para autoridades passa em comissão

Projeto que exclui da proteção do sigilo bancário autoridades como presidente e vice-presidente da República, ministro, senador e deputado foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem. O texto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 27/2013), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), acaba com a prerrogativa também para dirigentes partidários e diretores de entidades da administração direta e indireta.

O relator, Humberto Costa (PT-PE), apresentou voto favorável à iniciativa.



Iniciativa de Simon segue para a Comissão de Constituição e Justiça

Rolleberg registra avanços após dois anos da nova Sudeco

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) celebrou os avanços da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) nos dois anos da recriação da entidade. Segundo ele, o crescimento econômico da região em 2012 superou em três vezes a média nacional.

— É importante destacar o esforço fundamental que a Sudeco tem feito para marcar a diferença entre crescer e crescer com qualidade, sustentabilidade, tecnologia e inovação, com formação e capacitação, com inclusão social — sublinhou.

O senador citou o aumento nas operações de crédito pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), gerido pela Sudeco: no ano passado, chegaram a R\$ 5,9 bilhões. Ele lembrou que há três anos todos os municípios têm sido beneficiados.

— Todo esse vigor gerou, em 2012, 590 mil empregos diretos e indiretos, um desempenho que mostra como foi acertada a reativação da Sudeco.